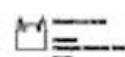




III JORNADA IBEROAMERICANA

DE PESQUISA EM POLÍTICAS
EDUCACIONAIS E EXPERIÊNCIAS
INTERDISCIPLINARES NA EDUCAÇÃO
2018



INFORMAÇÃO E INSCRIÇÕES:

WWW.EVEN3.COM.BR/IIIJORNEDUC

ISSN: 2525-9571

Vol. 3 | Nº. 1 | Ano 2018

Eixo TEMÁTICO: Políticas públicas
educacionais

Jackeline de Freitas Nunes

*Universidade Estadual Paulista
Júlio de Mesquita Filho
Jackeline_fn@hotmail.com*

Marta Leandro da Silva

*Universidade Estadual Paulista
Júlio de Mesquita Filho
martaleandro@fclar.unesp.br*

POLÍTICA DE EXPANSÃO DA REDE
FEDERAL DE EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E
TECNOLÓGICA: implicações para a
educação profissional no Maranhão

EXPANSION POLICY OF THE
FEDERAL NETWORK OF
PROFESSIONAL, SCIENTIFIC AND
TECHNOLOGICAL EDUCATION:
implications for professional education in
Maranhão

RESUMO

O estudo sobre a evasão na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no contexto da política de expansão da rede federal de educação profissional é resultado parcial de uma discussão que se desenvolve no doutorado em educação escolar, articulada com o grupo de pesquisa em educação profissional e tecnológica e de políticas públicas educacionais. Aborda-se o percurso histórico-normativo e político da educação profissional no país, bem como as políticas educacionais que perpassam essa trajetória a partir da leitura e análise de autores como Melo, Lima e Silva (2014), Kuenzer (2006), Romanelli (1986), Celina Sousa (2006), Arretche (2001), LDB 9394/96, Decreto-lei 5.154/2004, entre outros. O objetivo principal constitui analisar a evasão escolar enquanto reflexo de políticas públicas educacionais no contexto da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. O percurso metodológico passa pela pesquisa bibliográfica, pesquisa de cunho documental (legal/normativa) e de documentos institucionais relacionados à rede federal de ensino em São Luís no Maranhão, bem como dados do Instituto Nacional de Pesquisa Anísio Teixeira. Evidencia-se, a partir da literatura e dos dados obtidos, que a evasão no ensino médio regular na rede federal constitui-se em problemática, considerando a média significativa de não permanência dos alunos por turma na zona urbana e rural em São Luís. Conclui-se que há necessidade da continuidade de estudos mais aprofundados para compreensão da evasão como evento da não efetividade de políticas públicas educacionais na rede federal de ensino no Maranhão.

Palavras-chave: Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Políticas Públicas. Evasão Escolar. São Luís/MA.

ABSTRACT

The preliminary study on the evasion in the Federal Network of Professional, Scientific and Technological Education in the context of the policies of expansion of the federal network of professional education is partial result of a discussion that is developed in the doctorate in school education articulated with the research group in education professional and technological and public educational policies. The historical-normative and political course of professional education in the country, as well as the educational policies that traverse this trajectory, are analyzed by reading and analyzing authors such as Takahashi and Amorim (2008), Kuenzer (2005), Romanelli (1986), Celina Sousa (2006), Arretche (2001), LDB 9394/96, Decree-Law 5.15 / 2004 and others. The main objective is to analyze school dropout as a reflection of public educational policies in the context of the Federal network of professional, scientific and technological education. The methodological course includes bibliographical research, documental research (legal / normative) and institutional documents related to the federal education network in São Luís, Maranhão, as data from the National Institute of Anísio Teixeira Research. It is concluded that there is a need for the continuation of further studies to understand the evasion as an event of the non-effectiveness of educational public policies in the federal education network in Maranhão.

Key words: Federal Network of Professional, Scientific and Technological Education. Public policy. School Evasion. São Luís/MA

1. INTRODUÇÃO

A educação de cunho profissionalizante no Brasil aparece no Período Colonial quando os jesuítas, munidos da experiência de aprendizagem de ofícios artesanais e manufatureiros, passaram a lecionar em colégios, fazendas, engenhos, nas residências e nas missões jesuíticas. (Melo; Lima; Silva, 2014).

As Escolas de Aprendizes Artífices foram criadas em 1909, por meio do decreto n. 7566, sendo instaladas nas capitais dos estados brasileiros, oferecendo ensino profissional primário e gratuito. A criação dessas escolas se deu sob o seguinte argumento: “(...) com o aumento da população urbana, seria necessário facilitar às classes proletárias condições de subsistência. (...) a educação profissional dos filhos da classe trabalhadora seria garantida” Kuenzer (2006, p. 25). Nessas escolas, seria então possibilitado aos filhos dos trabalhadores o preparo técnico e intelectual, bem como evitaria o ócio e o envolvimento na criminalidade, pois iriam adquirir o hábito do trabalho.

O percurso histórico da educação brasileira é marcado pela dualidade de uma formação geral, elitizada e um ensino técnico apenas para capacitar trabalhadores para o mercado oferecida aos mais pobres. Esse descompasso é caracterizado na legislação educacional que norteia historicamente as diretrizes para seu funcionamento e organização e que, segundo Kuenzer (2006, p. 26), refletiram na constituição de duas redes distintas, “uma profissional e outra de educação geral, para atender as necessidades socialmente definidas pela divisão social e técnica do trabalho”.

Desse modo, tem-se até a década de 1930, o ensino primário vinculado às escolas profissionais, oferecido aos filhos das classes menos favorecidas e, o ensino secundário, que preparava para o ingresso na educação superior, oferecido às classes mais elevadas. As escolas profissionais de nível pós-médio, vinculadas ao ensino primário, não permitiam acesso à educação superior, nem possibilitavam chances de adentrar no sistema educacional regular que era destinado a elite. Nessas escolas era possível adquirir uma profissão, o que acabava por ser satisfatório dentro desse cenário (Romanelli, 1986).

A legislação vigente da educação profissional, criada a partir da LDB 9394/96, é o Decreto-lei 5.154 de 2004, que preconiza: “Art. 4º A educação profissional técnica de nível médio, nos termos dispostos no § 2º do art. 36, art. 40 e parágrafo único do art. 41 da Lei nº

9.394, de 1996, será desenvolvida de forma articulada com o ensino médio (...)” (Brasil, 2004), o que constitui um avanço no sentido da tentativa de uma formação que prepare os jovens para a cidadania e para o trabalho.

A preparação para o trabalho deverá acontecer a partir da apropriação de conhecimentos necessários para o exercício profissional requerido pelo mercado no desempenho de funções no sistema produtivo, que propicie o desenvolvimento econômico e social do país. Isto implica diretamente na promoção de uma formação e capacitação em habilidades e competências que viabilizem chances de se inserir no mercado de trabalho, pois a configuração do sistema produtivo, caracterizado pela flexibilidade e tecnologias da informação e comunicação, somente é possível com o desenvolvimento de um trabalhador competente nos aspectos comportamentais, intelectual e técnico.

À escola cabe essa incumbência, e destacadamente no que se refere à educação profissional, as instituições de ensino profissionalizante como os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), que representam um esforço de expansão do ensino profissional no país – no contexto da política pública de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT).

O decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007, que estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, trata no artigo 1, § 3 criação dos IFETs tratarão de sua organização em bases territoriais definidas, compreendidas na dimensão geográfica de um Estado, do Distrito Federal ou de uma ou mais mesorregiões dentro de um mesmo Estado, caracterizadas por identidades históricas, culturais, sociais e econômicas.” Ou seja, os institutos federais são implantados em regiões definidas dentro de uma política de expansão da educação profissional. As características que configuram a localidade também são previamente conhecidas a fim de que as ações desenvolvidas nos institutos federais venham propiciar o desenvolvimento daquela região (Brasil, 2007).

Considerando o projeto de criação dos IFs, busca-se identificar os alcances e desafios do IFMA para a educação profissional do Maranhão, tendo em vista a política de expansão da rede federal de educação profissional, especificamente no campus Maracanã, localizado na zona rural da capital maranhense.

Sendo assim, pretende-se identificar e analisar a contribuição do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA) para a educação profissional do Estado, tendo como lócus da pesquisa o campus Maracanã por estar localizado na zona rural. Com efeito, busca-se investigar de que maneira a política de expansão da rede federal tem impactado a educação profissional na região, bem como os fatores que têm permeado o processo de estruturação do IFMA- Maracanã no desenvolvimento da educação profissional. Para isso, tem-se como objetivo principal do estudo analisar a evasão escolar enquanto reflexo de políticas públicas educacionais no contexto da política de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

O percurso metodológico adotado foi um estudo da trajetória histórico-normativa e política dos contributos do IFMA – Campus Maracanã para a educação profissional do Estado, no contexto de expansão da RFEPCT. Estudo de caso com enfoque histórico-institucional, no IF Campus-Maracanã com destaque para pesquisa de cunho documental (legal/normativa) e de documentos institucionais do instituto. Abordagem de pesquisa qualitativa em Educação como foco interdisciplinar nas áreas de: Ciências Políticas (políticas públicas); História Política e Gestão Organizacional; Direito Constitucional (Direito a Educação).

O estudo visa analisar as implicações da política de expansão da RFEPCT para a educação profissional do Maranhão, sendo a evasão escolar a principal variável, vislumbrando os aspectos histórico e legais de constituição e implementação dessa política, bem como a criação dos IFs nesse contexto.

2. REVISÃO DE LITERATURA

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no período de 1909 a 2002 era composta por 140 escolas técnicas distribuídas em 120 municípios do país. Atualmente, a rede é formada por 644 campis em funcionamento. Em cada estado do país há institutos federais, totalizando 38 que oferecem cursos de qualificação, ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia e licenciaturas. Além disso, há instituições que não aderiram aos Institutos Federais, mas também oferecem educação profissional em todos os níveis – são dois Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) – 25 escolas vinculadas a Universidades, o Colégio Pedro II e uma Universidade Tecnológica (Brasil, 2018).

O Maranhão foi contemplado com um Instituto Federal e cinco unidades inicialmente. Conta atualmente com 27 unidades na categoria campus, 03 na categoria campus avançado e 03 na categoria centros. Os IFs foram criados a partir da Lei n. 11.892 de 29 de dezembro de 2008. O Instituto Federal do Maranhão, campo desse estudo, foi constituído a partir da integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão (CEFET) e das Escolas Agrotécnicas Federais de Codó, de São Luís e de São Raimundo das Mangabeiras. Desde então, oferta educação superior, básica, profissional e tecnológica.

A Educação Profissional e Tecnológica abrange os seguintes cursos: I - formação inicial e continuada ou qualificação profissional; II - Educação Profissional Técnica de Nível Médio; III - Educação Profissional Tecnológica, de graduação e de pós-graduação. A educação profissional de nível técnico médio como modalidade de educação, articulada com a formação desenvolvida no ensino médio, deve preparar para o exercício das profissões técnicas, com o objetivo de possibilitar a formação integral do estudante (art. 6, inciso I, Brasil, 2012).

Nesta modalidade da educação profissional, o aluno receberá de forma integrada os conhecimentos para uma formação geral e também para a capacitação profissional. Isto porque se, por um lado existe a concepção de que “A educação tem duas funções principais numa sociedade capitalista: a produção das qualificações necessárias ao funcionamento da economia, e a formação de quadros e a elaboração de métodos para um controle político” (Mészáros, 1981, p.49), também pode desenvolver suas ações para além do capital, pois suas atuações não se reduzem a reprodução e manutenção da ideologia capitalista, uma vez que “a educação em geral que se dá nas relações sociais e os processos educativos e de conhecimentos específicos que se produzem na escola e nos processos de qualificação técnica e tecnológica interessam à classe trabalhadora e a seu projeto histórico de superação do modo de produção capitalista”. (Frigotto, 2006, p. 241).

Segundo Severino (2006), o desafio de trabalhar por uma formação emancipatória das pessoas é principalmente da escola, pois cabe a essa instituição não apenas atuar para conformação social, mas para a transformação de sua realidade produtiva. Acredita-se que isso seja possível independente do viés ideológico do sistema dominante se a escola atentar para cumprir sua tarefa essencial que é a construção da cidadania.

Nesse sentido, considera-se que na tarefa da educação devem ser oferecidas as condições adequadas para que essa formação venha a ser desenvolvida de forma plena. A educação profissional e tecnológica é fator importante que pode contribuir para a emancipação do indivíduo, como bem evidencia Gramsci (1979) sob as mudanças na base científica, técnica e tecnológica do final do século XX, o que acaba por gerar novas demandas à educação.

Entende-se, portanto, que as políticas públicas educacionais devem ser gestadas, implementadas e desenvolvidas tendo em vista promover as condições adequadas para que cada educando tenha chances concretas de desenvolver as habilidades e competências necessárias que consolide uma apropriação dos saberes relevantes para a qualificação profissional. Para isso, é preciso haver políticas que saiam do plano da abstração e inoperância, distantes da realidade daqueles a quem essas políticas deveriam alcançar.

Destarte, pretende-se identificar e analisar as implicações da política de expansão da RFEPCT na educação profissional do Maranhão. Essa análise busca bases teóricas em autores como Celina Sousa, Lamounier, Arrethe, Lynn, Flexor e Leite, Severino que contribuem para a análise de políticas públicas. Realizou-se, também, análise de dados coletados em órgãos governamentais e dados institucionais, que possibilitaram a construção dos resultados tabulados.

3. RESULTADOS

O Maranhão é um estado da região nordeste do Brasil que apresenta baixos índices de desenvolvimento econômico e social. Com população de 6.574.789 habitantes e indicadores sociais abaixo da média nacional, que retratam a situação de pobreza e miséria. O Estado ocupa a 26ª posição no ranking brasileiro no quesito desenvolvimento humano com índice de 0,639 (IBGE, 2010).

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), em 2014, 26,2% da população maranhense tem entre 15 e 29 anos de idade, dentre os quais 6,5% (446.947) estão na faixa etária entre 15 e 17 anos, ou seja, são jovens em idade de cursar o ensino médio. Muitos desses jovens adentram ao mercado de trabalho ainda muito cedo e acabam por desenvolver atividades laborais juntamente com seus estudos, o que os leva, não poucas vezes, a não concluir o ensino médio.

De acordo com o censo demográfico de 2010, no Estado, dos jovens entre 15 a 17 anos, 11,99% não trabalha nem estuda; 4,86% somente trabalha; 15,25% trabalha e estuda; 67,89% apenas estuda. Na tabela 01 a seguir, observa-se que 20,11% desses jovens são trabalhadores e 16,85% estão fora da escola.

Tabela 01 – População jovem conforme ocupação em 2010

Ocupação	Nº de pessoas	Faixa etária
		15 a 17 anos %
Estuda	281.723	67,89
Estuda e Trabalha	63.301	15,25
Trabalha	20.159	4,86
Não estuda e não trabalha	49.771	11,99
Total	414.954	100

Fonte: Ibge, Censo Demográfico (2010)

No âmbito educacional, o Maranhão apresentou um avanço significativo no ensino médio, sendo o segundo da federação que mais cresceu neste nível de ensino. Um dos fatores que contribuíram foi o aumento do salário dos professores, sendo o primeiro da lista entre os estados brasileiros, com o maior salário docente da federação (R\$ 5.384,26) pago em início de carreira, ultrapassando o Distrito Federal (Maranhão, 2017).

Em 2015, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) nacional para o ensino médio foi 3,7, o Maranhão alcançou 3,1, sendo que a meta era de 3,3, ficando aquém da sua perspectiva, bem como da perspectiva nacional. No ensino médio, a responsabilidade por 97% da matrícula é do Governo do Estado. A rede pública estadual de educação é composta por 1.095 escolas. São 526 unidades (48%) localizadas em área urbana e 569 (52%) em área rural. As matrículas das escolas estaduais – reunindo todas as etapas e modalidades de ensino – somam um total de 364.533. São 297.990 matrículas em área urbana e 66.543 na área rural (Inep, 2017).

No ensino médio regular, a rede estadual, em 2016, registrou segundo o censo da educação básica, na zona urbana 244.247 matrículas e na zona rural 44.447. Em São Luís, capital do Maranhão, na zona urbana foram 38.954 (93.3%) matrículas e 2.775 na zona rural. Observa-se um diferencial bastante expressivo entre o número de matrículas na zona urbana de São Luís e o número de matrículas na zona rural, representando apenas (6.7 %) das matrículas no ensino médio na capital, conforme Tabela 02.

Tabela 02 – Matrículas no ensino médio regular na rede estadual, 2016

Localização geográfica	Urbana	Rural	Total
Brasil	6.583.066	313.656	6.896,722
Nordeste	1.816.684	123.341	1.940,025
Maranhão	244.247	44.447	288,694
São Luís	38.954	2.775	41,729

Fonte: Censo da Educação Básica, Inep (2017)

Em todo o Estado foram registradas 288. 694 matrículas, um número ainda aquém do quantitativo populacional de jovens na faixa etária dos 15 aos 17 anos que consta de 414.954 (Tabela 01), sendo que 49.771 (11,99%) não trabalha nem estuda, e 20.159 (4,86%) somente trabalha, ou seja, (69.930) 16,85% não estão tendo acesso à educação, em uma etapa da vida que teriam que estar no ensino médio.

A rede federal, por sua vez, em 2016, segundo o Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa Anísio Teixeira (INEP), teve no ensino médio regular no Maranhão um total de 8.266 matrículas, sendo que a capital do estado, São Luís, é a localidade que concentra maior número de matrículas, com 83.8 % na zona urbana e constando na zona rural de 16.2 % de matrículas, como mostra a Tabela 03.

Tabela 03 – Matrículas no ensino médio regular na rede federal, 2016

Localização geográfica	Urbana	Rural	Total
Brasil	147.457	23.990	171.447
Nordeste	50.880	7.032	57.912
Maranhão	6.445	1.821	8.266
São Luís	2.011	390	2.401

Fonte: Censo da Educação Básica, Inep (2017)

Na educação profissional, a rede federal registrou no Estado 7.660 matrículas no ensino médio regular na modalidade integrado ou curso técnico, sendo que em São Luís foram 2.037 matrículas, conforme quadro a seguir. O quadro 01, demonstra as matrículas que foram realizadas em cursos profissionalizantes oferecidos na modalidade integrado ou somente o técnico, ambos oferecidos no ensino médio regular.

MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO ENSINO MÉDIO REGULAR			
Localização	Médio integrado/corso técnico	Normal/Magistério	Total
Brasil	151.279	143	151.422
Nordeste	53.192	-	53.192

Maranhão	7.660	-	7.660
São Luís	2.037	-	2.037

Quadro 01: Matrículas na educação profissional no ensino médio regular na rede federal
Fonte: Censo da Educação Básica, INEP (2017)

O cenário educacional maranhense se configura com maior número de matrículas na zona urbana, como demonstraram as Tabelas (2,3) registradas, tanto na rede estadual como na federal, e menor quantitativo de matrículas na zona rural, o que não difere do cenário nacional, isso porque as grandes cidades como as capitais dos estados estão localizadas na zona urbana e sempre atraem a população em busca de melhoria das condições de vida. Por outro lado, a necessidade de investimentos na educação maranhense é evidenciada por um IDEB abaixo da meta.

O desenvolvimento socioeconômico está diretamente relacionado ao nível educacional da localidade. A educação é a mola propulsora do desenvolvimento, isto implica dizer que quanto maior incremento na qualidade da educação, maior possibilidade de avanços em todos os aspectos de uma sociedade. É nesse sentido que a Política de Expansão da Rede Federal tem como objetivo garantir a qualificação profissional das populações, contribuindo com o desenvolvimento socioeconômico das regiões abrangidas. No Maranhão, tem-se o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão com 27 unidades na categoria campus, 03 na categoria campus avançado e 03 na categoria centros. Em São Luís, existem quatro unidades, nas seguintes localidades: Monte Castelo, Maracanã, Itaqui-Bacanga, Centro Histórico e uma na região metropolitana, em São José de Ribamar.

Na zona rural de São Luís, o IFMA campus Maracanã oferece cursos de nível superior e especialização (pós-graduação) e técnico de nível médio de Agroindústria, Agropecuária, Aquicultura, Cozinha e Meio Ambiente, conforme as características culturais, econômicas e produtivas da região. Antes da integração ao Instituto Federal de Educação Tecnológica em 2008, o campus Maracanã era Escola Agrotécnica Federal de São Luís/MA, criada em 20 de outubro de 1947, através do Decreto nº 22.470.

A localização geográfica do IFMA-Maracanã, em zona rural, por si só já propõe desafios no que se refere alocação de investimentos públicos para o oferecimento de infraestrutura adequada e desenvolvimento de atividades e oferta de serviços de qualidade à comunidade local para uma educação favorecedora de habilidades e competências que favorecem a inserção no mercado de trabalho e conquista da cidadania.

O Inep apresentou, em recente publicação, a média de alunos por turma em cada série de ensino por municípios brasileiros. Segundo o instituto, houve uma queda progressiva na evasão escolar de 2007 a 2013, mas o “comportamento se altera em 2014, quando as taxas aumentam”. A evasão é maior nas escolas rurais, em todas as etapas de ensino (Inep, 2018). Na capital maranhense, a zona rural também apresenta um maior índice de evasão na rede federal de ensino como se pode observar na Tabela 04. A desistência dos alunos pode estar relacionada a vários fatores como desmotivação pelos cursos, dificuldades no processo de aprendizagem, necessidade de ingressar no mercado de trabalho entre outros aspectos.

Tabela 04 - Média de alunos por turma no ensino médio da rede federal em 2016

Localização geográfica	Urbana (média)	Rural (média)	Total (média)
São Luís	33.0	32.5	32.9

Fonte: Censo da Educação Básica, Inep (2018)

A evasão na rede federal vai se mostrando gradativa no decorrer da vida escolar no ensino médio, sendo que na primeira série há um quantitativo maior de alunos matriculados e concluintes, ao passo que no terceiro ano esse percentual diminui significativamente.

Tabela 05 - Média de alunos por série no ensino médio da rede federal na zona urbana em São Luís, 2016.

Total (média)	1ºano (média)	2ºano (média)	3ºano (média)
33.0	34.9	32.3	29.3

Fonte: Média de Alunos por Turma da Educação Básica Inep (2016)

Na zona rural essa problemática se agrava, pois, o índice de evasão é mais acentuado quando se observa o quantitativo de alunos matriculados e concluintes na primeira série em relação ao percentual de alunos que concluem o terceiro ano, como mostra a Tabela 06.

Tabela 06 - Média de alunos por série no ensino médio da rede federal na zona rural em São Luís, 2016.

Total (média)	1ºano (média)	2ºano (média)	3ºano (média)
32.5	38.3	30.8	28.5

Fonte: Média de Alunos por Turma da Educação Básica Inep (2016)

A evasão é um sério problema que deve ser combatido com políticas públicas eficazes, a fim de garantir o direito à educação desses adolescentes e jovens. Educação de qualidade, com infraestrutura adequada, corpo docente qualificado e apoio de toda a comunidade escolar para que o pleno desenvolvimento desse educando venha ser efetivado. Nesses aspectos se refletem,

de maneira direta, os efeitos e aplicações das políticas públicas educacionais, incluindo desde o planejamento, elaboração, implementação e gestão até a execução.

Figueiredo e Salles (2017), analisando as causas de evasão no primeiro período de um curso técnico do Cefet/RJ, unidade Petrópolis, constataram entre os fatores externos aos alunos, aspecto organizacional/institucional, tendo a oferta do curso técnico concomitante ao médio como dificuldade para conciliar os estudos de ambas as modalidades e sendo a motivação para a desistência dos alunos.

A modalidade concomitante é uma oferta de ensino para que o aluno tenha ao mesmo tempo a oportunidade de cursar o médio (para ingresso no ensino superior) e uma habilitação profissional, qualificando-o para o mercado de trabalho. Essa oferta de ensino é garantida no âmbito da política curricular dos institutos federais inerente à política de expansão da rede federal.

As políticas públicas constituem, segundo Lynn (1980, p.24), um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos na sociedade e na vida das pessoas. Os governos traçam planos com o intuito de resolver determinadas demandas da sociedade, atuando diretamente na vida das pessoas e das organizações. É importante compreender que as políticas públicas representam por um lado a gestão do governo que as cria, sendo, portanto, instrumentos governamentais com o fim de causar mudanças na sociedade, no grupo a que se destina a política. Por outro, as demandas sociais requerem dos governos medidas para sanar seus problemas.

Nessa dualidade, para Celina Sousa (2006, p. 27), é necessário que se equacione de que forma a atuação governamental influencia e é influenciada pela sociedade como um todo, ou seja, de que forma se opera a “autonomia relativa” do campo político diante das pressões sociais mais amplas e transversais, que perpassam toda a política em geral, e as políticas públicas em específico.

Laswell (apud SOUSA, 2006, p. 05) defende que decisões e análises sobre política pública devem responder às seguintes questões: “quem ganha o quê, por quê e que diferença faz”. Isso porque o olhar sobre as políticas deve estar atrelado à intencionalidade política da política, aos efeitos que ela causará na população, se implicará em benefícios. Celina Sousa (2006, p. 25) afirma que “(...) como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo,

“colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). Daí a importância de se lançar um olhar diferenciado sobre as políticas públicas de fomento à educação profissional, principalmente no contexto de expansão da rede federal, não mais somente teorizar sobre a ineficiência ou limites de suas ações, mas agora estendendo esse olhar para o contributo e desafios dessas políticas que se refletirá no espaço escolar dos institutos federais, local de materialização e vivência dessas políticas.

Embora toda política pública seja uma forma de intervenção nas relações sociais, e que por isso, por mais concentrado que seja o processo decisório, condicionada por interesses ou expectativas sociais, pensar a criação desses programas apenas tendo o Estado como interventor para soluções de problemas requeridos pela sociedade, sem se atender aos interesses políticos que estão incutidos nessas políticas, é demasiado ingênua como considera Lamounier, uma vez que, no processo de elaboração dessas políticas, o poder decisório se expressa em interesses e barganhas que influenciam diretamente desde a criação até a implementação dessas políticas. Arretche (2001, p. 45) afirma que ao se avaliar uma política “(...) devem levar em conta que os implementadores é que fazem a política, e a fazem segundo suas próprias referências”. Por isso, não se pode ter uma concepção pueril de que as políticas se efetivarão tal quais os idealizadores transcreveram no papel. Em outras palavras, no percurso de implementação de uma política a prática mostrará distância relevante da teoria. Nem tudo que foi desenhado no original será realmente efetivado, pois os interesses próprios dos implementadores estarão em primeiro lugar.

Nesse entendimento, Flexor e Leite (2007) afirmam que as políticas públicas resultam da confrontação de interesses divergentes nos diversos mercados políticos que estruturam o sistema político como um todo. Sendo assim, sempre se observará em análises de políticas públicas e seus programas, os efeitos de possíveis negociações e jogos de interesse intervindo na aplicação e efetividade, pois a intenção de atender aos objetivos dos mercados influenciará nas decisões e procedimentos adotados nas políticas.

4. CONCLUSÃO

A política de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica é, sem dúvida, uma ação exigida pelas mudanças na base material produtiva, por

isso, oferecer as condições adequadas para que essa modalidade de educação prepare seus educandos para o mundo do trabalho é essencial.

Os resultados preliminares obtidos nesse estudo evidenciam a desistência dos alunos como um aspecto sintomático dos efeitos das políticas educacionais desenvolvidas no instituto federal em estudo. Entende-se que o projeto de criação dos institutos federais nas regiões leva em consideração as peculiaridades históricas, culturais, sociais e econômicas da localidade, o que pressupõe planejamento prévio dos cursos oferecidos à comunidade que devem estar voltados aos seus interesses de desenvolvimento educacional e social. Por isso, uma desistência gradativa e significativa sinaliza para redimensionamento organizacional e político-pedagógico da instituição.

Compreende-se que a significativa desistência dos alunos direciona para a necessidade de estudos sob uma ótica dos fatores inclinadores incutidos na desistência que, de maneira geral, sinalizam para a efetividade das políticas educacionais de expansão da rede federal de ensino, o que requer estudos mais apurados sob esse olhar.

Dessa forma, a evasão na rede federal na zona rural é significativa, direcionando para o entendimento de que há a necessidade de um redimensionamento nas políticas educacionais desenvolvidas no IFMA Campus-Maracanã, no que se refere à permanência dos alunos, a fim de minimizar essa problemática que reflete os efeitos das políticas aplicadas nessa instituição.

5. REFERÊNCIAS

- ARRETCHE, MTS. *Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas*. In: BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre; CARVALHO, MCB (orgs), *Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais*. São Paulo: IEE, PUC-SP, 2001.
- BRASIL. *Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004*. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, 2004.
- BRASIL. INEP. *Sinopse Estatística da Educação Básica*, 2016. Brasília: INEP, 2017. Disponível em: [http://: www.portal.inep.gov.br](http://www.portal.inep.gov.br). Acesso em: 10 de junho de 2017.
- BRASIL. INEP. *Média de Alunos por Turma da Educação Básica*. 2016. Brasília: INEP, 2017. Disponível em: <http://: www.portal.inep.gov.br>. Acesso em: 15 de junho de 2018.

- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. *Resolução* nº 6, de 20 de setembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília, 2012.
- BRASIL. Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007. Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica. Brasília, 2007.
- FIGUEIREDO, NGS.; SALLES, DMR. Educação Profissional e evasão escolar em contexto: motivos e reflexões. *Ensaio: aval.pol.pub.educ. Epub*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 95, abr./jun. 2017.
- FLEXOR, G.; LEITE, SP. *Análise de Políticas Públicas: breves Considerações Teórico- Metodológicas*. In: Encontro Nacional de Economia, Rio de Janeiro, 2007.
- FRIGOTTO, G. *Fundamentos científicos e técnicos da relação trabalho e educação no Brasil de hoje*. In: LIMA, JCF; NEVES, LMW (org). *Fundamentos da educação escolar no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Fiocruz/EPSJV, 2006, p. 241-288.
- GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 1979.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- KUENZER, AZ. *As mudanças no mundo do trabalho e a educação: Novos desafios para a gestão*. In: FERREIRA, NSC. (org.) *Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios*. São Paulo: Cortez, 2006.
- LAMOUNIER, B. *Análise de políticas públicas: quadro teórico-metodológico de referência*. s.d. Mimeografado.
- LYNN, L. E. *Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis*. Santa Monica: Goodyear, 1980.
- MARANHÃO. Secretaria de Educação do Estado. *Educação Básica. 2017*. Disponível em: <www.ma.gov.seduc/br>. Acesso em: 10 de junho de 2017.
- MELO, ALB; LIMA, ERS; SILVA, LLS. *Notas sobre as políticas para a educação profissional no brasil: interfaces da artesanania à tecnologia*. IV SENEPT - Seminário Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, Anais, 2014. Disponível em: <www.senept.cefetmg.br. >
- MÉSZAROS, I. *Marx e a teoria da alienação*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.
- ROMANELLI, OO. *História da Educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- SEVERINO, AJ. *Fundamentos Éticos-Políticos da Educação no Brasil de hoje*. In: LIMA, JCF; NEVES, LMW (org). *Fundamentos da educação escolar no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Fiocruz/EPSJV, 2006, p. 289-320.
- SOUZA, C. *Políticas Públicas: uma revisão da literatura*. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul/dez. 2006.

Jackeline de Freitas Nunes

Doutoranda no programa de pós-graduação em educação escolar da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho. Mestre em educação pela Universidade Federal do Maranhão. Integrante do grupo de pesquisa em educação profissional e tecnológica e de políticas públicas educacionais do programa de pós-graduação em educação escolar da Unesp/Fclar. Docente da Universidade Federal do Maranhão.

Marta Leandro da Silva

Doutora em Educação escolar pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho Unesp/Fclar. Docente do programa de pós-graduação em educação escolar da Unesp/Fclar. Coordenadora do grupo de pesquisa em educação profissional e tecnológica e de políticas públicas educacionais